



ELEMENTOS GERAIS DE ÉTICA FILOSÓFICA: uma introdução

GENERAL ELEMENTS OF PHILOSOPHICAL ETHICS: an introduction

Rafael Rodrigues Barbosa¹

Elvis Rezende Messias²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar, de forma geral, alguns temas da Ética Filosófica, com ênfase nas definições apresentadas pelo filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz na primeira parte de sua obra *Introdução à Ética Filosófica 1*. Desse modo, partindo dos conceitos fundamentais para uma caracterização da Ética, quais sejam, os conceitos de norma, valor, moral e ética, se mostrará a índole histórica e contextual da ciência do *ethos*, chegando a um estudo da natureza e da estrutura do campo ético. Mais do que um roteiro histórico-sistemático, este texto visa levantar questões e problemas, deixando ao leitor a responsabilidade e o compromisso de efetivar, no seu contexto, as ideias do Bem, da virtude e da Liberdade.

Palavras-chave: Antropologia. Ética Filosófica. *Ethos*. Metafísica. Moral.

Abstract: This article aims to present, in general, some themes of Philosophical Ethics, with emphasis on the definitions presented by the philosopher Henrique Cláudio de Lima Vaz in the first part of his book *Introduction to Philosophical Ethics 1*. In this way, starting from the fundamental concepts for a characterization of Ethics, namely, the concepts of norm, value, morals and ethics, will be shown the historical and contextual nature of the science of *ethos*, reaching a study of the nature and structure of the ethical field. More than a historical-systematic script, this text aims to raise questions and problems, leaving the reader with the responsibility and commitment to put into effect, in his context, the ideas of Good, Virtue and Freedom.

Keywords: Anthropology. Philosophical Ethics. *Ethos*. Metaphysics. Moral.

¹ Bacharel em Filosofia pelo Instituto Filosófico São José, Diocese da Campanha-MG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2108-9839>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5975784276541121>.

E-mail: rafaelrodrigues_be@hotmail.com.

² Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais. Licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Doutorando em Educação pela Universidade Nove de Julho. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Especialista em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Bacharelado em Teologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em andamento em Doutrina Social da Igreja pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Filosofia da Educação – GRUPEFE (CNPq, UNINOVE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5395-1964>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6411412202303140>.

E-mail: elvismessias.prof@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Por que determinamos certas coisas como “boas” ou “más”? Por quais critérios definimos que uma coisa é “melhor” que outra? Por que elencamos certas realidades como “dignas” ou “indignas” de nossa própria humanidade? O que é “bom”? O que é “mau”? O que é “bem”? O que é “mal”? O que é ser “virtuoso”? O que determina o “valor” de algo ou alguém? O que é a “felicidade”? O que é a “liberdade”? Posso fazer “tudo que quero”? O que é a “justiça”? O que é “moral”? O que é “imoral”? O que é “amoral”? O que é “ética”? O que é “falta de ética”? É possível ser imoral e ético ao mesmo tempo? Uma coisa considerada ética e moral precisa ser ética e moral universalmente? Por que têm coisas que para algumas pessoas e culturas são consideradas imorais e para outras não? Que coisa é essa que muitos chamam de “moral e bons costumes”? Um “bom costume” de hoje não pode ter sido considerado um “mau costume” em tempos passados ou em lugares diferentes? Será realmente que “lei não se discute, se cumpre”? As leis, regras e normas devem ser sempre obedecidas? Deve-se sempre dizer a verdade? O que é o “dever”? Qual é a escolha “certa” a se fazer na vida? Em termos absolutos, existe, de fato, o “certo” e o “errado”? Essas e tantas outras questões revelam o emblemático campo de estudos da Filosofia que chamamos de Ética ou também de Filosofia Moral.

O ser humano é um ser de perguntas, um animal que indaga. Simplesmente existir não basta, é preciso viver, conscientemente. E, dentre tantas perguntas que o homem faz e *se* faz, talvez uma das mais importantes seja aquela que diz respeito à arte do bem viver ou, como também se diz, sobre a “vida boa”. Como viver para viver bem? Essa é uma questão profundamente humana e, como tal, expressa o cerne da preocupação ética por excelência.

A Ética, enquanto campo do saber filosófico, na atual conjuntura história em que se insere, revela-se um lugar prodigioso para a pesquisa e para o desenvolvimento de uma vasta bibliografia. De fato, um fluxo intenso de materiais sobre esse tema se espalha por todos os domínios da reflexão ética. As razões são muitas e de um alto nível de complexidade. Mas algo que desponta nesse universo é a reação à crise espiritual que atinge o Ocidente nos últimos séculos (VAZ, 2015, p. 7).

Uma primeira constatação é a seguinte: o tecnicismo emergente opera, de forma cada vez mais veloz, a passagem do mundo da *natureza* para o mundo da *cultura*. Uma outra, decorrente da primeira, é que o horizonte simbólico da cultura contemporânea vê-se esmaecido, ofuscado pela grande quantidade de imagens e modelos que constituem a constelação dos “valores” responsáveis pela orientação da vida humana.

Tais são, por exemplo, a oposição entre o bem e o mal, a primazia dos bens do

espírito, a aceitação do caráter normativo de uma ordem hierárquica dos bens que conferem à vida o imperativo e a dignidade de um *dever-ser* propriamente humano. O paradoxo reside aqui na aparente violação de uma lei fundamental do processo de criação cultural e que está na origem do fenômeno histórico do *ethos*, a saber, a lei que prescreve ao ser humano criador de seu *mundo*, que é o mundo da *cultura*, a necessidade de uma ordenação *normativa* de sua atividade criadora em termos de *bens* e *fins* que atendam ao imperativo ontologicamente primeiro de sua auto-realização. (VAZ, 2015, p. 7-8).

Esse paradoxo rompe com um paradigma inelutável do sujeito situado no cosmo: o de que a atividade criadora do homem deve ser orientada por princípios, em termos de bem e fins, que cumpram o compromisso de efetivar a autorrealização humana. Hoje, são muito presentes um relativismo e um hedonismo que solapam os valores e padrões da sociedade. Aqui, portanto, reside a necessidade de uma reflexão ética. Mas, o que é a Ética? Qual a sua finalidade? Qual é o seu objeto?

2 UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL: NORMA, VALOR, MORAL E ÉTICA

Todos nos deparamos, de algum modo, com questões como as que expressamos acima. Esse tipo de dúvida faz parte da condição humana. Afinal, somos constantemente desafiados a avaliar e escolher entre possíveis modos de agir. Aprendemos, desde a primeira idade da razão, sobre ações consideradas corretas e erradas e recebemos várias orientações da sociedade, muito embora, frequentemente, possamos sentir um contraste de que tais aprendizados ainda possuem certa insuficiência no cotidiano. Esse contraste, por sua vez, é um dos maiores impulsos que levam as sociedades a estabelecerem regras e leis, cobrando de todas as pessoas o seu cumprimento.

A palavra grega para designar regras e leis é *nómos* (νόμος). Ela está na origem dos nomes de três atitudes possíveis das pessoas perante as normas sociais:

- *Anomia*: ausência de leis, inadequação das leis ou inadequação às leis.
- *Heteronomia*: a força da lei externa que submete as pessoas às normas (im)postas, levando-as à obediência por certa coação de represálias e punições que alguém sofreria ao rejeitá-las.
- *Autonomia*: a força da lei interna, autoposta pela razão refletida sobre as normas externas, levando ao seguimento racional e livre das que parecem certas e justas à racionalidade do dever.

Notemos que, em relação a estas atitudes, pode-se destacar a preocupação das autoridades de reprimir a autonomia e promover a heteronomia. Por sua vez, embora desejável, a autonomia

mostra-se bastante rara, uma vez que exige das pessoas uma boa dose de responsabilidade e senso crítico.

Preocupação especial, entretanto, existe para que as *normas jurídicas* estejam extremamente ligadas e conformes às *normas morais* de um povo, com base em seus valores, além de serem uma resposta cultural à *ética*, como um todo, para que haja um consenso mínimo entre os membros de uma sociedade. E isso é importante, dado que as normas jurídicas podem não estar em situação de concordância com as normas morais, independentemente de qual delas seja a “mais correta”. Ora, pode ser que vigore entre certo povo uma norma moral que seja, de algum modo, desrespeitosa com a dignidade humana das mulheres, por exemplo, e que, sendo assim, as normas jurídicas para corrigirem essa situação poderão ser consideradas por uma grande parcela da população como imoral e injusta.

Por seu turno, no uso comum, o termo *valor* pode designar a utilidade ou o preço de algo, como os bens materiais, a dignidade ou o mérito de pessoas. Contudo, em perspectiva filosófica, esse termo expressa uma realidade que deve ser escolhida, atuando como princípio dos julgamentos, determinando mesmo a avaliação das coisas como preferíveis em relação a outras (valores vitais, econômicos, estéticos, religiosos, lógicos, morais...).

Existe, inclusive, uma reflexão especificamente filosófica que trata a questão dos *valores*: a axiologia. Por meio dela, se busca compreender qual a relação existente entre valor, moral e ética, além de buscar uma resposta às questões: o que são valores? Os valores “valem”? Qual a necessidade dos valores na vida de cada um de nós e na sociedade? É, de fato, necessário um estudo sistemático sobre os valores ou um sentimento axiológico intuitivo é suficiente? Por quais vias se obtém o conhecimento do valor: intuição, emoção ou razão? Em grego, a palavra *valor* é expressa pelo substantivo *ἀξίωμα* (*axíoma*), cujo possível correspondente em português é *dignidade*, o que é legítimo, na medida em que compreendemos o ato de valoração como sendo, ao mesmo tempo, subjetivo e relacional, pois só existe valor na preferência do sujeito com relação ao objeto; e também objetivo e material, pois o valor advém de um objeto cujas qualidades foram captadas por um sujeito apetecido.

Já a palavra *moral*, também em geral, é utilizada para designar o conjunto de normas aceitas numa cultura, com base nos valores de uma sociedade, e que indicam as condutas desejáveis para os indivíduos que a ela pertencem. Como se vê, assim entendida, ela sofre mudanças significativas em comunidades humanas de diferentes épocas e regiões, não se resumindo a questões de “decência”, sentido com o qual a palavra é frequentemente utilizada pelo senso comum.

A palavra *ética*, por sua vez, aparece em muitos manuais e dicionários técnicos como

diferente de moral, derivada de dois termos gregos: *Ethos*, significando hábito, uso, costume, e *êthos*, significando morada comum, índole, caráter (BOFF, 2003). Em geral utiliza-se essa palavra como sinônima para moral ou para a boa conduta de profissionais, políticos e cidadãos. Entretanto, em sentido filosófico mais estrito, ética parece designar a reflexão crítica e sistemática sobre a moral humana, observando as diversas condutas, suas finalidades e motivações, analisando as normas que dirigem as ações humanas, os valores e suas hierarquias, bem como as diferentes compreensões do bem e suas consequências³.

Dito ainda de outro modo, ética parece designar a *morada humana*, ou seja, aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma morada saudável, materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda. A perspectiva ética, nesse sentido, é convivencial, condominial⁴ (TUGENDHAT, 1997).

Sendo assim, grosso modo, entende-se que a ética se refere a uma ordem mais abrangente dos fins e ações humanas, a uma orientação universalizante de referenciais e princípios de conduta, enquanto a moral se refere a uma ordem mais restrita dos meios e ações humanas, a uma orientação grupal de referenciais e princípios de conduta. Ou seja, a ética tende a aparecer em perspectiva marcadamente singular, enquanto que a moral está sempre em perspectiva plural, pois pertence às distintas formas de expressão cultural da ética (BOFF, 2003). Ambas – destaque-se – são indissociáveis, pois a ética geralmente se manifesta ou se volta às mais variadas formas de morais presentes nas culturas, inspirando valores, normas, regras, leis e condutas. Em síntese, a *ética* se manifestaria como um conjunto de princípios que orientam a conduta do sujeito na sociedade e a *moral* seria a prática desses princípios na ação cotidiana.

A afirmativa de Aranha e Martins (1986) elucida bem essas ideias:

A ética ou filosofia moral é a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito dos fundamentos da vida moral. Essa reflexão pode seguir as mais diversas direções, dependendo da concepção de homem que se toma como ponto de partida. Então, à pergunta “O que é o bem e o mal?”, respondemos diferentemente, se o fundamento da moral estiver na ordem cósmica, na vontade de Deus ou em nenhuma ordem exterior à própria consciência humana.

Podemos perguntar ainda: Há uma hierarquia de valores? Se houver, o bem supremo é a felicidade? É o prazer? É a utilidade?

Por outro lado, é possível questionar: Os valores são essências? Têm um conteúdo determinado, universal, válido em todos os tempos e lugares? Ou, ao contrário, são relativos – “verdade aquém, erro além dos Pireneus” –, como dizia Pascal? Ou,

³ Mais à frente, demonstraremos uma problematização a essa compreensão e como ela é desenvolvida no pensamento do filósofo brasileiro Henrique Cláudio de Lima Vaz.

⁴ Nesse sentido, temos o termo “*domus*” (casa) como uma espécie de versão latina do grego *ethos*. Ora, uma casa, *ethos*, seria aquilo que precisa ficar inteiro, que precisa ser preservado, havendo profunda relação com a noção de integridade e integralidade e, por consequência, com a dignidade integral da pessoa humana.

ainda, haveria possibilidade de superação dessas duas posições contraditórias? As respostas a essas e outras questões nos darão as diversas concepções de vida moral elaboradas pelos filósofos através dos tempos. (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 303).

As mesmas autoras, em outra obra, enfim, apresentam a *moral* como “o conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal”, ao passo que a *ética*, também chamada de filosofia moral, é apresentada como “mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral” (ARANHA; MARTINS, 1998, p. 117).

3 ÉTICA E MORAL PARA ALÉM DA ABSTRAÇÃO

Compreendendo ética e moral em perspectiva também irrenunciavelmente interligada, Adolfo Sanches Vázquez (2000) entende que o campo da ética se encontra nas nossas condutas pessoais em relacionamento com as dos outros, envolvendo problemas como causa, benefícios, prejuízos, acordo, etc.; é a aplicação da teoria que se é aprendida como moral por cada indivíduo, de acordo com as regras e normas da sociedade na qual está inserido. Existem, então, na moral, dois planos distintos, mas complementares (VÁZQUEZ, 2000, p. 63; ARANHA; MARTINS, 1986, p. 305-306), a saber: *o normativo*: constituído pelas normas ou regras de ação e pelos imperativos que enunciam algo que deve ser (o que deve ser realizado); e *o factual*: o plano dos fatos morais, constituído por certos atos humanos que se realizam efetivamente (o fato realizado).

Neste ponto, ainda à luz de Vázquez, podemos entender a qualidade social e antropológica que possui a moral, pois ela manifesta-se somente na sociedade humana, de tal modo que se houver uma profunda mudança estrutural na sociedade, provavelmente também ocorrerá uma mudança no fundamento da moral (VÁZQUEZ, 2000, p. 67-70) e vice-versa⁵. Mesmo se tratando de uma ação individual, tal conduta tem consequências aos demais membros sociais, pois o que está em jogo, numa linguagem do sociólogo Émile Durkheim (1995), é o consciente coletivo, ou seja, o que a sociedade em questão determina como certo e/ou errado. Sendo assim, é possível compreender que a moral possui uma função social, que é a de regular as ações entre os homens,

⁵ Sobre isso, é interessante o confronto com a reflexão de MacIntyre (2001): “É claro, os conceitos morais na realidade mudam à medida que muda a vida social. Deliberadamente não digo ‘porque muda a vida social’, já que isto poderia sugerir que a vida social é uma coisa e a moralidade é outra, e que existe meramente uma relação causal externa e contingente entre elas. Evidentemente isto é falso. Os conceitos morais estão encarnados em (e são parcialmente constitutivos de) as formas da vida social” (MACINTYRE, 2001, p. 11).

na busca de manter a ordem, isto é, preservando a sociedade no seu conjunto, a integridade do grupo.

A ética, desse modo, ainda que tenha prerrogativas universalizantes, não deve ser compreendida abstratamente. Seu fundamento reside especialmente no fato dela surgir como resposta aos problemas básicos apresentados pelas relações humanas, havendo, portanto, um vínculo estreitíssimo entre as conceituações morais e a realidade dos homens, da sociedade, sempre sujeitos historicamente à mudança, a sucessos e fracassos. Por consequência, a ética sempre será possível, pois ela depende dos homens e da história, que também sempre serão possíveis.

A perspectiva até aqui apresentada considera que ética e moral, por mais próximas que sejam em suas raízes etimológicas e especialmente interligadas, não são indistintas. Assim se expressam Barros Filho e Pompeu (2014):

Começemos por observar que, para o senso comum, *ética* e *moral* sempre foram usadas indistintamente. E mesmo entre os iniciados, muitos não veem nenhum interesse em estabelecer diferença entre as noções. No entanto, apesar de tanta proximidade, para a maioria dos autores, estas duas palavras querem dizer coisas muito diferentes.

[...] quando pretendemos que nossos juízos tenham validade que transcenda a sua particularidade, possam valer para qualquer situação semelhante, para qualquer caso, passamos da prática para uma *teoria da prática*, do pessoal para o impessoal, do particular para o genérico, da ação para uma *filosofia da ação*, da moral para a ética.

Desta forma, propõe-se que a ética seja uma teoria – ou uma ciência – da moral. Ou esta última, objeto da primeira. Por isso, os códigos de exercício profissional bem como os desta ou daquela organização não são denominados códigos de moral, mas de ética. Porque pretendem valer para qualquer um que atue nestes espaços. (BARROS FILHO; POMPEU, 2014, p. 50.53).

Considerando, então, a vida moral como o grande objeto de que se ocupa a reflexão ética, as professoras Aranha e Martins (1986) nos ajudam a avançar na compreensão, afirmando que é possível identificar 3 tipos de *caráter* da moral, a saber:

1) O *caráter histórico e social da moral*. Aqui, a moral é entendida em termos de “regras que determinam o comportamento dos indivíduos na sociedade. Exterior e anterior ao indivíduo, há uma *moral constituída*, que orienta seu comportamento por meio de normas. Em função da adequação ou não à norma estabelecida, o ato será considerado moral ou imoral” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 303).

2) O *caráter pessoal da moral*. Aqui questiona-se o modelo anterior como reducionista, compreendendo que o ser humano é eminentemente questionador dos valores herdados de uma dada tradição histórico-social. Segundo Aranha e Martins (1986),

a moral, ao mesmo tempo que é o conjunto de regras que determina como deve ser o comportamento dos indivíduos de um grupo, é também a *livre e consciente* aceitação das normas. Isso significa que um ato só é propriamente moral se passar pelo crivo da aceitação *pessoal* da norma. À exterioridade da moral contrapõe-se a necessidade de interioridade, de adesão mais íntima. (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 304).

A partir dessa relação antitética estabelecida pelos dois tipos de caráter acima assinalados, depreende-se o terceiro, que virá logo abaixo. As autoras acima citadas apresentam uma importante reflexão:

Estamos diante de dois pólos (*sic*) contraditórios. Se aceitamos como predominante o caráter social da moral, inevitavelmente caímos no *dogmatismo* e no *legalismo*. [...] Uma “educação” moral nesse sentido residiria apenas em inculcar nas pessoas o medo às consequências da não-observância da lei. Trata-se de uma vivência moral empobrecida: é o que chamamos de *farisaísmo*. [...] Por outro lado, se aceitarmos como predominante a interrogação do indivíduo que põe em dúvida a regra, corremos o risco de destruir a moral pois, se ela depender exclusivamente da sanção pessoal, recairá num *individualismo* e, conseqüentemente, na ausência de princípios. Ora, o homem não é um ser solitário [...] mas “com-vive” com as outras pessoas, e qualquer ato seu compromete os que o cercam. (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 304-305).

3) O *caráter social e pessoal da moral*. Aqui, a moral é entendida como *constituída* e como *constituente*. Ou seja,

é preciso considerar esses dois polos contraditórios em uma *relação dialética* [...] O homem, ao mesmo tempo que é herdeiro, é criador de cultura, e só terá uma vida autêntica se, diante da *moral constituída*, for capaz de propor uma *moral constituinte*, isto é, a que se faz dolorosamente e por meio das experiências vividas. Nessa perspectiva, a moral não pode recusar a ambigüidade fundamental, justamente a que determina o seu *caráter histórico*. [...] A historicidade do homem não reside na sua mera continuidade no tempo, mas é a consciência ativa do *futuro*, pela qual se torna possível a criação original por meio de um projeto de ação que tudo muda. (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 305).

Em síntese, a partir de uma terminologia utilizada por Mondin (1980), pode-se dizer que há o *aspecto crítico* e o *aspecto teórico* da questão ético-moral. Ele se volta tanto “ao fundamento e ao valor dos códigos” quanto “às condições que possibilitam a ação moral em absoluto: o critério daquilo que é moral e imoral para o homem; o fim último da vida humana e os meios mais aptos para atingi-lo”. Seja como for, o problema ético, bem como os princípios fundamentais da ética ocidental, é um problema que nasce da prática, da cotidianidade relacional do ser humano. Aspecto *crítico* e aspecto *teórico* estão “intimamente ligados, na medida em que o primeiro introduz ao

segundo: antes de implantar sistematicamente a moral, coloca-se em questão, problematiza-se a moral comum” (MONDIN, 1980, p. 106). Ou, ainda, nos dizeres de Dussel (1998):

Vida humana que não é um conceito, uma ideia, nem um horizonte abstrato, se não que é o modo de realidade de cada ser humano concreto, condição absoluta da ética e exigência de toda a libertação. Não se pode então esquecer que esta Ética seja uma ética de afirmação contundente da vida humana frente ao assassinato e suicídio coletivo para qual a humanidade se encaminha por não modificar o esplendor de ação irracional. (DUSSEL, 1998, p. 11).

Assim, a vida humana, em realidade concreta, que não se reduz a mera abstração, ideia ou conceito, é a condição absoluta da ética.

4 ÉTICA COMO A CIÊNCIA DO *ÉTHOS*: A CONSIDERAÇÃO VAZIANA⁶

Conforme acenamos, um dos termos mais ocorrentes no cenário intelectual, político e social contemporâneo é o termo *ética*. Todavia, uma coisa quando é “vulgarizada” corre o risco de se tornar, de certo modo, desconhecida a si mesma, por ter se distanciado de sua significação primeira e assumido roupagens distintas de acordo com a conveniência e as necessidades subjetivas. De fato, vê-se uma deterioração semântica do termo *ética*, resultado dessa inserção de um conceito específico, de forma aleatória e muitas vezes acrítica, em diferentes formas de linguagem (VAZ, 2015, p. 11). Portanto, antes de se pensar a *Ética Filosófica*, é indispensável procurar entender, primeiramente, no que consiste a *Ética* originalmente, tal como apresentamos de modo geral nos tópicos anteriores deste trabalho. Na perspectiva vaziana, especialmente, ao se fazer isso, duas questões se interpõem à investigação: uma teórica, que diz respeito à etimologia da palavra *Ética*, e a uma histórico-teórica, que concerne à legitimidade de se pensar a ética de um ponto de vista filosófico, isto é, à validade de uma ética filosófica.

Conforme orientação de Lima Vaz (2015), no tocante à primeira questão, também se apresenta inicialmente a necessidade de se estabelecer a relação/diferença entre *Ética* e *Moral*. E aqui se destacam algumas peculiaridades segundo a observação vaziana. Ora, ambas as palavras, em geral, exprimem dois aspectos distintos da conduta humana, quer seja esta individual ou social. Todavia, nem sempre *Ética* e *Moral* foram empregadas com significação diferente. Etimologicamente, inclusive, entende Lima Vaz (2015, p. 12) que essas duas palavras são

⁶ A partir daqui, nossa principal referência são os estudos de Lima Vaz, especialmente a *Introdução* e o *Capítulo I – Natureza e Estrutura do Campo Ético* da obra *Introdução à Ética Filosófica I*.

sinônimas. Consideremos, a partir de então, a reflexão do filósofo brasileiro sobre a temática.

A palavra *Ética* provém do grego *ethike*. Aristóteles, primeiramente, empregou essa palavra com valor adjetivo para um saber específico⁷. Na linguagem filosófica, *ethike* procede do substantivo *ethos*, cuja grafia se distingue de dois modos:

1. ἦθος (*ethos* – com *eta* inicial): o conjunto de **costumes** normativos da vida de um *grupo social*.
2. ἔθος (*ethos* – com *epsilon* inicial): a constância do **comportamento** do indivíduo, inserido em um grupo social, cuja vida é ordenada pelo ἦθος.

Antes da transposição para o domínio da filosofia, ἦθος designava uma morada, um covil ou abrigo de animais (VAZ, 2015, p. 13). Essa transposição metafórica, portanto, é extremamente significativa. É pelo seu agir que o ser humano, ser inteligente e livre, garante a sua permanência nesse mundo, o qual é edificado e mantido pela *práxis* humana.

O termo *Moral*, por sua vez, tem origem latina (*moralis*). Etimologicamente, *moralis* deriva do substantivo *mos*, cujo correspondente grego, justamente, é *ethos*. Desde a Idade Clássica, *moralis*, quer no seu uso substantivado quer no uso adjetivado, é usada com o mesmo significado de *ethike*, designando, na Escolástica, uma das partes da Filosofia – a *Philosophia Moralis*.

Do que foi dito, Lima Vaz (2015, p. 14) enfatiza que, originariamente, *Ética* e *Moral* dizem respeito à mesma coisa, mas em línguas diferentes, quais sejam: o grego (*ethike*) e o latim (*moralis*). Ambos os termos designam o mesmo objeto: seja o *costume* socialmente considerado, seja o *hábito* do indivíduo de agir conforme o costume estabelecido e ratificado pela sociedade. A tendência contemporânea de se distinguir conceitual e semanticamente *Ética* e *Moral* adviria, então, da emergência do indivíduo na Idade Moderna, o qual se colocou em confronto com o todo social. Desse modo, o termo *Moral* passou a concernir ao domínio da *práxis* individual, ao passo que o termo *Ética* assumiu uma significação mais abrangente, abarcando todos os aspectos da *práxis* social. A *Moral*, portanto, tende a privilegiar a subjetividade do agir, ao passo que a *Ética* aponta para a realidade histórico-social dos costumes.

Ora, a transição do *ethos* do domínio animal (morada, covil, abrigo protetor) para o domínio humano teve lugar no curso de uma complexa transformação cultural no seio da Grécia Arcaica, da qual se originou uma cultura tida como *clássica*. Assim, o *ethos*, transposto para a esfera da *práxis*, concerne à versão propriamente *humana* da *physis* arcaica. Assim, na filosofia grega clássica, o *ethos* passou a ser interpretado a partir de duas expressões estruturais: o *ethos* na

⁷ Aristóteles compreende três tipos de saberes: o saber teórico, o saber ético e o saber poético. O primeiro diz respeito às ciências que buscam o saber em si mesmo; o segundo, às ciências que buscam o saber com vistas à perfeição moral; e o terceiro, às ciências que buscam o saber em função do fazer, ou seja, com vistas à produção de determinados objetos.

sociedade sob a forma de lei (Ética) e o *ethos* no indivíduo sob a forma de virtude (Política). Nominalmente definida, portanto, a Ética pode ser compreendida como a *ciência do ethos*.

Do que foi dito, se conclui a natureza filosófica do saber ético. A Ética fundamental é, necessariamente, uma *Ética Filosófica* isto é, não reduzível a uma simples ciência humana (VAZ, 2015, p. 18). Apresenta-se aqui, portanto, uma possível resposta à segunda questão que se interpõe à investigação sobre a ética: a questão histórico-teórica, entendida como o *problema* da validade de se compreender a *Ética* como sendo filosófica.

Ao revolver as páginas da História da Filosofia, desde as querelas entre Sócrates e os Sofistas, que disputavam a primazia do logos demonstrativo – socrático – sobre o logos de persuasão – sofístico –, passando pelas reflexões escolásticas e cristãs do Medievo e pelas transformações dos sistemas intelectuais na Idade Moderna, verifica-se que a natureza da Ética é, natural e fundamentalmente, filosófica. Em linhas gerais, pode-se dizer que a Ética filosófica se origina nos tempos socráticos graças às aporias em que se viu a razão sofística, que tentava fundamentar o *ethos* sobre modelos de racionalidade que não transpunham os limites da *doxa*, e se traduz, filosoficamente, no decurso da história em concomitância ao próprio desenvolvimento e amadurecimento da Filosofia⁸.

Por isso, podem ser apresentadas como disciplinas filosóficas imprescindíveis para uma fundamentação legítima da Ética a Antropologia Filosófica e a Metafísica. A primeira oferece uma conceitualização do sujeito ético, o qual se mostra capaz de dar razão de seu ser e de seu agir, de modo a legitimar a predicação ética do seu *ser ético* e do seu *agir ético*; a segunda apresenta um fundamento transcendental para se pensar a universalidade do *ethos* como Bem e como Fim.

5 O *ETHOS* COMO DADO ANTROPOLÓGICO INCONTESTÁVEL

Face ao exposto, se torna legítima a afirmação de que a Ética é filosófica, porque nasceu da Filosofia e nela encontra o seu único fundamento racional, mediante a reflexão antropológica e metafísica. De fato, uma definição nominal satisfatória da *Ética*, e já apresentada anteriormente, é: *ciência do ethos*.

⁸ Para os sofistas, a verdade é convenção social. O pensamento socrático, ao contrário, entende que a verdade é objetiva, que há verdades essenciais e que a razão chega à essência das coisas. Assim, a justiça e o senso de justiça baseiam-se no conhecimento de suas essências, que só se preservam se submetidos à verdade essencial, e não às opiniões (*doxa*) e convencionalismos. Note-se que há nisso uma intensa crítica à moral heterônoma, pois que a mera obediência às leis externas e à vontade da maioria não garantem a assertividade e autenticidade de nossos comportamentos: importa mesmo é a autonomia, e esta não é alcançável sem a busca compromissada pela verdade objetiva.

Ora, a contemporaneidade é marcada por uma cultura na qual os problemas concernentes à *forma* encontram primazia em relação aos problemas do *conteúdo*. Aqui se evidencia, portanto, mais uma vez, a distinção entre ciências formais e ciências reais. As primeiras, designadas também como *metaciências*, buscam compreender as *formas do saber* e como esse saber se articula na forma de *linguagem*; as segundas, por sua vez, são as ciências no sentido estrito, pois têm por objeto a *realidade*, o *ser real*, e não a mera *forma* com a qual ele é pensado. Nesse sentido, há uma tendência atual em dar primazia aos problemas da *Metaética*⁹, o que leva, de fato, ao perigo de relativização absoluta dos costumes e dos valores (e não de uma necessária relatividade histórico-cultural dos mesmos), exprimindo uma renúncia à tradição da busca de uma conceitualidade filosófica para a fundamentação da conduta ética (VAZ, 2015, p. 36).

Mas, como ciência real, a Ética tem por objeto o *ethos*, que se apresenta como um evento propriamente humano, surgindo com o homem e buscando a plena realização do mesmo. De fato, o *ethos* constitui-se um fenômeno situado na história e na cultura que dispõe de uma evidência imediata, apresentando-se à experiência humana tão logo o sujeito ético alcance a primeira idade da razão. O *ethos* é um dado antropológico incontestável.

A experiência primeira do *ethos* se revela a partir de uma dupla perspectiva: ela é social e individual¹⁰ (VAZ, 2015, p. 38). Isto posto, considerando a irrenunciável experiência do *ethos*, que se situa no aqui e agora da história, uma via racional possível para a elucidação do próprio *ethos* é a fenomenologia (literalmente, “descrição daquilo que aparece”), entendida como o método de descrição da essência dos fenômenos.

A fenomenologia representa, destarte, o método propedêutico à Ética. Não é ela, em si mesma, o método específico do discurso ético, que se constitui a partir de uma conceitualização filosófica que transpõe os limites da descrição fenomenológica, mas ela ajuda a pôr em evidência os traços expressivos do fenômeno ético, permitindo que a *forma* do *ethos* apareça, de fato, no campo da experiência humana (VAZ, 2015, p. 39).

De fato, pela fenomenologia do *ethos*, um dos primeiros traços que se evidenciam é o da estrutura dual do *ethos*, a saber, a de ser, ao mesmo tempo, social e individual. Desse modo, mais uma vez, aquela transposição do *ethos* do domínio animal para o domínio propriamente humano se

⁹ Segundo Abbagnano (2012, p. 765-766), por *metaética* entende-se o discurso sobre os discursos éticos, isto é, a abordagem teórica que prescinde dos problemas morais concretos e das próprias questões clássicas da ética, analisando e esclarecendo somente os procedimentos do discurso ético. Todavia, compreendemos que uma metaética que se propõe como postura autocrítica, tendo em vista uma análise de seus próprios fundamentos analíticos e condicionantes epistemológicos de seus juízos, se faz necessária.

¹⁰ Aqui se torna mais clara a distinção terminológica entre *ἦθος* e *ἔθος*. O primeiro, como se viu, corresponde ao conjunto de costumes normativos da vida de um grupo social, ao passo que o segundo diz respeito à constância do comportamento do indivíduo, cuja vida é regida pelo *ἦθος*.

revela uma chave interpretativa de grande importância para a compreensão do fenômeno ético. O *ethos*, de morada do animal, passa a ser a casa do homem. Não uma residência material, mas simbólica, que o acolhe espiritualmente e lhe oferece *bagagem* vital. Portanto, da mesma forma que a casa material deve ser constituída sobre fundamentos estáveis e seguros, assim também o *ethos* dos mais variados grupos humanos manifesta uma capacidade extraordinária de resistir às vicissitudes do tempo (VAZ, 2015, p. 40).

Ora, do que foi dito, conclui-se que o *ethos* é constitutivamente tradicional. Ele é o legado que as gerações transmitem umas às outras, expressando por isso a sua capacidade fabulosa de se adaptar e de assimilar as novas situações e valores. O *ethos* não é um dado cultural imóvel, mas, como a própria cultura, ele é dinâmico e evolutivo. Portanto, a relação entre a permanência do *ethos* em determinada sociedade mediante a tradição e a sua historicidade inelutável constitui a forma do *ethos* como *costume*, o qual, por sua vez, representa a interiorização e a permanência do *ethos* no indivíduo na forma de *hábito*. Sim, o *ethos-costume* ($\eta\theta\omicron\varsigma$) é assumido pelo indivíduo como *ethos-hábito* ($\epsilon\theta\omicron\varsigma$), que é, em última instância, uma propriedade fundamental da *práxis* humana – que, enquanto *práxis*, não é mero agir automático e reprodução acrítica, mas uma ação consciente, refletida e sempre em reflexão, na perspectiva de uma tradição que se faz *transmissão viva* e em perene renovação, e não como tradicionalismo engessado e intransponível.

A formação do hábito, por sua vez, procede mediante uma repetição qualitativa de atos éticos. O bem do indivíduo representa, essencialmente, o escopo do hábito, que é uma forma superior de excelência do indivíduo. Portanto, a efetivação concreta do *ethos* como costume se dá no *ethos* como hábito no indivíduo, de modo que, da mesma forma que o *ethos-costume* se assegura no tempo pela tradição (historicidade dinâmica do costume), o *ethos-hábito* se realiza no indivíduo mediante a educação (historicidade dinâmica do hábito).

Destarte, uma circularidade se estabelece entre a tradição e a educação, entre o costume e o hábito, entre o *ethos* e a *práxis*: do *ethos* a *práxis* recebe a sua forma, ao passo que da *práxis* o *ethos* recebe o seu conteúdo existencial. Isto é, o *ethos* é atualizado, efetivado e traduzido na *práxis* humana e esta é orientada e legitimada pelo *ethos* (VAZ, 2015, p. 42).

6 A NATUREZA E AS FORMAS DO SABER ÉTICO

É incontestável que, ao agir, o homem opera a partir de um prévio conhecimento do objeto de seu operar (VAZ, 2015, p. 45). Esse conhecimento, no entanto, não se resume a uma

representação instintiva, mas consiste em um processo de assimilação consciente da realidade, o que leva a uma atitude crítica do sujeito cognoscente face ao objeto cognoscível. Com efeito, o conhecimento humano representa um movimento de acumulação qualitativa mediante a qual a mente organiza a realidade em séries classificatórias, formando um *saber*.

Há variadas formas de saber, cada uma procedendo de acordo com o modelo epistemológico seguido na ordenação da realidade pelo intelecto. O *saber ético*, por sua vez, apresenta-se com características muito próprias, que irão originar as categorias fundamentais da própria *Ética*. Sim, a *Ética* nasce do saber ético, da sua sistematização, da sua reflexão e da necessidade de assegurar ao *ethos* de uma certa tradição fundamentos estáveis. Por isso, convém entender a natureza do saber *ético*, isto é, a racionalidade imanente da qual o *ethos* é portador e as suas formas principais.

Uma primeira característica da natureza do saber ético é a reflexividade. De fato, todo saber humano é reflexivo. No caso do saber ético, especificamente, essa reflexividade acompanha o conhecimento objetivo do *ethos* e realiza a sua interiorização no agente ético, viabilizando assim o próprio agir ético. Essa reflexão é operada de dois modos. Em primeiro lugar, essa reflexão se dirige para o conhecimento do próprio agente ético, expressão do “conhece-te a ti mesmo”. O segundo modo da reflexão do saber ético é a identificação do seu objeto com o *bem*, entendido como aquilo que convém, aquilo que é o melhor. Esse aspecto marca profundamente a experiência ética dos indivíduos, gerando interrogações acerca da necessidade do dever e da natureza da obrigação moral (VAZ, 2015, p. 48).

No tocante às formas de saber ético, tem-se que este se difunde por todas as formas de cultura e se manifesta de variados jeitos nos grupos humanos. Dentre essas formas de cultura na qual o saber ético se presentifica, encontra-se a *religião*, entendida como fenômeno cultural em sentido amplo. De fato, a religião representa uma das principais formas expressivas do saber ético. Ela é portadora, até hoje, de mensagens profundamente éticas (VAZ, 2015, p. 49-51); uma outra forma que comporta o saber ético é a *sabedoria de vida*, que, em última instância, representa a linguagem própria do saber ético. A sabedoria de vida é transmitida por dois registros, a saber, razão e linguagem. A primeira, entendida como racionalidade prática, se expressa na figura do sábio, presente como paradigma da conduta ética e responsável por um papel fundamental nas culturas, principalmente, oriental e mediterrânea. A linguagem, por sua vez, representa a expressão privilegiada da sabedoria de vida. Ela é como que a memória ética das culturas, conservando e transmitindo os costumes através das gerações. É, realmente, no terreno da sabedoria de vida que a *Ética* nasce (VAZ, 2015, p. 51-55); mas, além da religião e da sabedoria de vida, uma terceira forma de expressão do saber ético é a *arte*, que atualiza e expressa a linguagem do saber ético na poesia, na

música, na literatura, na pintura, etc. (VAZ, 2015, p. 55)

7 A SISTEMATIZAÇÃO DO SABER ÉTICO

Já foi dito anteriormente que a *Ética* se origina do *saber ético*. Ela é, pode-se dizer, o próprio saber ético sistematizado no seio de uma cultura que, vendo ser ameaçado seu *ethos*, conferiu ao seu discurso ético uma força maior de demonstração. O nascimento da *Ética*, portanto, se dá no movimento de transformação da cultura grega entre os séculos V e IV a. C. O saber ético, antes vivido, passa a ser pensado filosoficamente (VAZ, 2015, p. 57).

Essa passagem do saber ético à *Ética* acompanha o movimento da própria razão de passagem do *mythos* ao *logos*, isto é, da particularidade do mito para a universalidade da razão. O universal, de fato, é o domínio do necessário. Assim, as tentativas de se transcrever a linguagem do saber ético a partir de um *logos* demonstrativo, isto é universalmente válido, representa uma experiência intelectual decisiva que marca o surgimento da *Ética* como *ciência do ethos*. Ora, pensar o *ethos* segundo o método e a linguagem da ciência, isto é, pensar o *ethos* a partir de conceitos universais dos quais decorre uma necessidade lógica, representa o primeiro desafio da *Ética* filosófica, que encontra no seu caminho teórico-discursivo dois obstáculos.

O primeiro é: como conciliar a universalidade desejada pela ciência com a particularidade do *ethos* (VAZ, 2015, p. 59)? O segundo: como conciliar a necessidade da razão com a liberdade do *ethos* (VAZ, 2015, p. 60)? O problema primigênio da *Ética* filosófica, portanto, consiste em descobrir um paradigma racional que possibilite explicar o *ethos* e a *práxis* ética em termos universais, transcendendo a particularidade da história da cultura e reconhecendo uma necessidade racional na determinação básica da *práxis*. Na tentativa de solucionar essas questões, três paradigmas teóricos surgem: o *convencionalismo*, o *naturalismo*, o *intelectualismo*.

O *convencionalismo* compreende que o *ethos* se origina de um pacto social – de uma convenção – que impõe um limite social à liberdade: essa é a ideia presente nos Sofistas e dela decorre o segundo paradigma teórico de explicação do *ethos*, qual seja, o *naturalismo*. O *ethos* é entendido aqui como sendo fundado na necessidade da natureza. Esse movimento se manifestou de diversas formas ao longo da história da filosofia. Finalmente, se apresenta como caminho médio entre o universal frágil da convenção e o universal rígido da natureza o *intelectualismo*, desenvolvido por Sócrates¹¹ face às inconsistências do convencionalismo e do naturalismo.

¹¹ Conforme Reale e Antiseri (2003, p. 95-96), o intelectualismo socrático se baseia nas seguintes premissas: 1. a

Em geral, Sócrates é considerado por muitos como o “pai” da Ética, na Antiguidade, especialmente pelos tons desse seu “intelectualismo moral”, que estabelece claramente que viver bem e agir bem estão intimamente imbricados ao conhecer bem, necessitando de uma reflexão acurada sobre os seus próprios fundamentos, bem como sobre os fundamentos da própria humanidade que age e vive (fundamentação antropológica). Ou seja, é necessário refletir filosoficamente sobre a moral humana, buscando a compreensão da essência da própria alma, possibilitando a compreensão da própria virtude como elemento básico de humanização¹². Ora, o aperfeiçoamento aqui buscado não é somente das relações humanas entre si, mas do próprio ser humano, ser racional que não se realiza enquanto tal se não procurar desenvolver compromissadamente sua própria racionalidade e consciência na busca pela verdade objetiva das coisas.

A criação socrática da Ética, portanto, se deu pelo esforço de superar o obstáculo que se apresenta à *práxis* humana: como a liberdade do homem se revela possível face à fatalidade do destino e ao determinismo da *physis* (VAZ, 2015, p. 63)? Ora, o *ethos* antigo comportava uma questão fundamental acerca do domínio do homem sobre si mesmo, sobre o seu próprio agir, que representava, em última instância, a liberdade do seu agir e a responsabilidade decorrente dos seus atos. Mas o problema em si consiste no reconhecimento da individualidade que se contrapõe ao universalismo do cosmo, isto é, como pode o indivíduo agir livremente se ele está inserido numa fatalidade inelutável do destino? O outro problema, decorrente do primeiro, diz respeito ao determinismo da *physis*, evidenciado pela leitura pré-socrática dos fenômenos, no qual a *Fortuna*, ou o acaso, é a situação inelutável do homem.

A solução desses problemas, por Sócrates, se deu a partir da razão demonstrativa mediante dois procedimentos. O primeiro tem em vista *estabelecer a ciência do finalismo do Bem*, superando a crença da necessidade cega do destino; o segundo busca *definir o âmbito das coisas humanas que estão sob o arbítrio do próprio homem* e que podem ser objeto de sua liberdade e responsabilidade. A vertente socrático-platônica buscará estabelecer racionalmente o finalismo do Bem, que exprime a universalidade racional da lei, ao passo que a vertente aristotélica se ocupará da circunscrição das

virtude é ciência e o vício é ignorância; e 2. ninguém peca voluntariamente, pois quem faz o mal fá-lo por ignorância do bem. Isso significa que o agir moral consiste no conhecimento do bem, pois não é possível conhecer o bem e não fazê-lo.

¹² O professor Antônio Joaquim Severino (2005) fala de uma pragmaticidade singular que caracteriza o esforço humano de reflexão filosófica consciente, que é aquela que se encontra no próprio “esforço de transformação da existência humana como um todo. O homem busca, pela sua prática filosófica, referências significativas para tornar sua existência mais adequada ao sentido encontrado. Não busca um sentido apenas para contemplá-lo. Tem a pretensão de delinear referências para balizar o conjunto das práticas que constituem o seu existir” (SEVERINO, 2005, p. 47). Tal esforço é, assim, “a busca insistente do significado mais profundo da existência humana, sem dúvida alguma para torná-la mais adequada a si mesma” (SEVERINO, 2005, p. 50).

coisas humanas, que é o horizonte universal da liberdade (VAZ, 2015, p. 64). Assim, a práxis ética, delimitada pela universalidade resultante da união da Lei e da Liberdade, poderá se exercer racionalmente na particularidade das situações e na singularidade das decisões.

Desse modo, a Ética nasce organizando-se por um paradigma ideonômico (a ideia como norma universal) (VAZ, 2015, p. 64). Nessa organização racional, três problemas fundamentais se despontam: o problema da existência e da natureza do *universo ético* regido pela norma do Bem, entendido transcendentemente; o problema da existência e da natureza do *sujeito ético*, que constitui o indivíduo da comunidade ética; e o problema da natureza e condições da *existência ética*, isto é, da constância habitual do agir ético segundo a norma do Bem (VAZ, 2015, p. 65). Esses três problemas, por sua vez, se articulam em torno dos valores fundamentais da tradição do *ethos* grego original, a saber: o valor do Bem ou do Melhor, o valor do Indivíduo e o valor da Excelência ou da Virtude.

8 A ESTRUTURA CONCEITUAL DA ÉTICA

O primeiro passo a ser dado pela Ética é o reconhecimento e a definição do seu saber como distinto quer da ciência da natureza quer do saber técnico, de modo a elevar a racionalidade implícita do *ethos* ao nível do *logos* da ciência (VAZ, 2015, p. 67). De fato, com os Clássicos antigos – Sócrates, Platão e Aristóteles – a Ética descobriu seu caminho próprio, procedendo de acordo com a sua natureza filosófica na definição do seu objeto formal, que é a *práxis* humana nas suas características originais e irreduzíveis a qualquer tipo de fenômeno da natureza (VAZ, 2015, p. 68). Cabe, portanto, aqui, um aprofundamento do conceito de *práxis*.

O objeto da Ética, formalmente, é a operação humana ordenada a um fim – a *práxis* –, ou o próprio homem que age com vistas a um fim. Há, nessa definição, duas notas constitutivas: 1) a operação humana e 2) a sua ordenação para um fim. Conclui-se, pois, que é a livre ordenação desse ato humano a um fim por parte de um agente moral que o caracteriza como ato moral ou como *práxis* ética. Mas disso decorrem os seguintes questionamentos: qual a natureza da *práxis*? Qual a natureza da relação constitutiva entre a *práxis* e o fim? Em última instância, como o homem deve viver conforme a sua natureza de animal racional e livre?

Viu-se que os fundamentos filosóficos da Ética são oferecidos, respectivamente, pela Antropologia Filosófica e pela Metafísica. Portanto, no tocante ao *agir* do homem, que é um ser livre e inteligente, a ciência do *ethos* se valerá do aparato antropológico; ao lidar com noção de *fim*,

por sua vez, a Ética deverá recorrer a uma conceitualidade de natureza metafísica. Somente assim ela, a Ética, será reconhecida como um discurso filosófico coerente.

Isso foi dito para que se entenda que a reflexão sobre a natureza da *práxis*, inicialmente conduzida pela analogia entre *práxis* e *téchne*, seja conduzida à constatação de que, se, por um lado, ambas – *práxis* e *téchne* –, do ponto de vista do agir humano, se dirigem à produção de uma obra, por outro, a finalidade dessa operação se distingue significativamente. O finalismo da *práxis* é a perfeição do próprio sujeito operante, ao passo que o finalismo da *téchne* é a perfeição da obra a ser produzida pelo homem (VAZ, 2015, p. 70). Ora, a ação realizada pela *práxis* tem seu fim em si mesma, é um movimento imanente. A ação empreendida pela *téchne*, no entanto, é um movimento que se completa na exterioridade do produto, isto é, não possui fim em si mesma, mas na perfeição da obra: é um movimento transiente. Vê-se, pois, que esses são os dois modos distintos de operação humana: ético e técnico.

A definição da *práxis* como objeto próprio do saber prático assumiu duas concepções distintas na história do pensamento ético que se tornaram paradigmas na história da filosofia, a saber: a concepção platônica e a concepção aristotélica.

Para Platão, a verdadeira *práxis* consistia na *theoría*, isto é, na *ciência das Ideias*. Assim, a Ética platônica é uma ciência marcadamente teórica e normativa, pois, ao contemplar-se o Bem, tira-se dele as *normas boas* para a guia da conduta humana (PLATÃO, 2008, p. 140).

Aristóteles, no entanto, modifica completamente essa visão. Ele compreende que a *práxis* é um saber específico. Disso decorre que a Ética passa de uma ciência teórica para uma *teoria da práxis* (VAZ, 2015, p. 71). O que isso significa? Ora, é a prática que produz a teoria, visando não apenas o conhecimento do Bem, mas acima de tudo a realização do Bem no sujeito: a felicidade. A Ética aristotélica, portanto, reconhece que a *práxis* deve operar de modo a tornar o homem bom e, conseqüentemente, feliz¹³.

No que concerne ao problema da relação entre a *práxis* e o *fim* na liberdade humana, tem-se que a descoberta da noção de *fim* marca um momento decisivo na constituição de uma ciência do *ethos*. Em linhas gerais, pode-se dizer que essa questão é fundamentada pelos pressupostos metafísicos que constituem o discurso ético. Ora, aos olhos da razão, o Bem, sendo o *melhor*, liga obrigatoriamente o sujeito ético à consciência do dever moral (VAZ, 2015, p. 73). Destarte, a necessidade moral não representa uma oposição à liberdade humana, mas constitui a sua lei interior.

¹³ Como diz Enrico Berti (2015): “A ética aristotélica é, por conseguinte, uma ética da felicidade, não da lei (para os gregos não existe uma lei divina), porque apenas o desejo da felicidade pode motivar as escolhas práticas, ou morais, mesmo que estas possam ser difíceis. Desse modo, o sumo bem do ser humano, no qual consiste a felicidade, não pode ser um bem transcendente, como a Ideia de Platão, mas deve ser um bem que o ser humano possa praticar, realizável por meio das ações” (BERTI, 2015, p. 115).

Do ponto de vista estrutural, a Ética tem por objeto a *estrutura* da *práxis*, entendida como agir humano conforme o *ethos*, que leva, no indivíduo, à formação da virtude pelo hábito, o que permite a convivência dos sujeitos numa comunidade ética; do ponto de vista teleológico e normativo, a *práxis* mostra-se ordenada para um sistema de fins e submetida a um sistema de normas (VAZ, 2015, p. 75).

Ora, a realização efetiva da *práxis* se dá na vida ética concreta. Portanto, nos fundamentos da estrutura conceitual da *Ética*, quais sejam, metafísica e antropologia, estão contidas duas pressuposições fundamentais: a primeira, no tocante à metafísica, garante a amplitude transcendental dos conceitos que compõem o discurso ético; a segunda, concernente à antropologia, viabiliza a transcrição das categorias antropológicas no discurso ético, o que elucida com mais qualidade a própria inteligibilidade do *ethos*.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi à toa que Aristoteles dedicou um tratado de ética a seu filho¹⁴. A ideia de uma ciência do *ethos* como instrução está presente na história humana desde as primeiras investidas racionais do pensamento sobre as grandes questões do mundo. Ou, até mesmo, desde antes de o homem adquirir consciência da sua consciência! Mas, aqui, vale a pena destacar: a ética filosófica não é uma ciência abstrata ou teórica no sentido estrito, ela é uma realidade concreta, presente no cotidiano e na vida. E também não se reduz a um mero catálogo casuístico que define uma lista de “sins” e “nãos”, de “pode” e “não pode” para a vida. Não se estuda ética para ser um “grande especialista” dos sistemas e das conceitualizações éticas. Estuda-se ética para se promover, na especificidade de uma conjuntura histórica, geográfica e epocal, as ideias do Bem e da Liberdade.

Mais que *saber* ética: agir *eticamente*. Aqui vale dar destaque para o sentido comum desses termos. Ética, como define uma obra de Cortella e Barros Filho (2014), é também *vergonha na cara!*

Eu queria lembrar que a filosofia começa quando um indivíduo exige a própria punição. Sócrates, condenado à morte pelas falaciosas acusações de corromper a juventude e não reconhecer os deuses da cidade, teve todas as chances de se livrar da pena que lhe havia sido imputada, mas foi julgado pelas leis da cidade. E não admitira jamais para si uma saída que não fosse o cumprimento dessas leis. Seria indigno demais, portanto ele se pronunciou: “Eu daqui não fujo de jeito nenhum,

¹⁴ Trata-se da obra *Ética a Nicômaco* (*Ηθικά Νικομάχεια*), um dos pilares da reflexão sobre a ciência do *ethos* no Ocidente.

por mais que não concorde com a condenação. Isso é um mero detalhe, a cidade me condenou. Devo me submeter à punição que me cabe”. A filosofia surge assim. (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014, p. 102).

Díriamos mais: a filosofia começa quando uma pessoa não se deixa calar diante de falaciosas acusações, sejam elas dirigidas a si mesmo ou a outros. As consequências, mesmo as mais injustas, em última instância, não têm importância: o que vale nessa hora é a consciência tranquila; é encostar a cabeça no travesseiro à noite e dormir sossegado por não ter nenhum fantasma perturbando a sua paz – desde que o sujeito esteja consciente dos próprios atos, vivenciados como decorrentes de reflexão racional sempre mais aprofundada e socialmente considerada. Isso é ser *ético*. Isso é ter “vergonha na cara”.

Aqui, não buscamos elaborar um roteiro histórico-sistemático dos grandes temas da Ética, mas apenas lançar algumas provocações acerca do que seja o *ethos* e a reflexão filosófica responsável por essas questões. O problema está aí e solicita novos passos.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1998.

BARROS FILHO, Clóvis de; POMPEU, Júlio. **A filosofia explica as grandes questões da humanidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2014.

BERTI, Enrico. **Aristóteles**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CORTELLA, Mário Sérgio; BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética e Vergonha na Cara!** Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

DUSSEL, Enrique. **Ética de la libertación en la edad de la globalización y de la exclusión**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru: Edusc, 2001.

MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. São Paulo: Paulus, 1980.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2008.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia I**: Filosofia Pagã Antiga. São Paulo: Paulus, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Conhecimento, subjetividade e ideologia. **Educação e Subjetividade**, ano 1, n. 1, p. 37-62, 2º sem. 2005.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Tradução organizada por Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes: Petrópolis, 1997.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia IV**: Introdução à Ética Filosófica I. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Recebido em: 30 set. 2021
Aprovado em: 14 nov. 2021